

ANDRÉIA SCHNEIDER
NUNES CARVALHAES

DECISÃO JUDICIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

Limites, controle e medidas judiciais

Prefácio
NELSON NERY JUNIOR

Apresentação
GIANPAOLO POGGIO SMANIO

THOMSON REUTERS
**REVISTA DOS
TRIBUNAIS™**

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi, Diego Garcia Mendonça, Karolina de Albuquerque Araújo e Marcella Pâmela da Costa Silva

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Analista de Conteúdo Editorial: Quenia Becker

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Assistente Administrativo: Tatiana Leite

Analista de Projetos: Camilla Dantara Ventura

Produção Editorial

Coordenação

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Larissa Gonçalves de Moura

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Carina Xavier, Fernanda Lessa, Rafael Ribeiro e Thais Pereira

Estagiárias: Beatriz Fialho e Diene Ellen

Capa: Linotec

Controle de Qualidade da Diagramação: Carla Lemos

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Ana Paula Cavalcanti, Jonatan Souza, Luciano Guimarães e Maria Cristina Lopes Araujo

Administrativo e Produção Gráfica

Coordenação

MAURICIO ALVES MONTE

Analista de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Carvalhoes, Andréia Schneider Nunes

Decisão judicial e políticas públicas : limites, controle e medidas judiciais / Andréia Schneider Nunes Carvalhoes. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2019.

ISBN 978-85-5321-419-8

1. Decisão judicial 2. Direito e política 3. Poder judiciário 4. Políticas públicas (Direito) I. Título.

19-25813

CDU-34:304

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Direito 34:304

Maria Alice Ferreira - Bibliotecária - CRB-8/7964

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	7
APRESENTAÇÃO.....	11
PREFÁCIO	13
PRÓLOGO.....	15
INTRODUÇÃO	21
1. CONSTITUCIONALISMO E JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: JUSTIFICAÇÃO DAS DECISÕES JUDICIAIS.....	25
1.1. Jurisdição no estado liberal: a influência do direito positivo na prestação jurisdicional.....	25
1.1.1. O positivismo jurídico exegético e normativo.....	32
1.1.2. Teoria Estruturante do Direito de Friedrich Müller: superação do silogismo judicial	40
1.2. Hermenêutica no Estado Constitucional: interpretação e apli- cação do direito.....	45
2. ÂMBITO DE COGNIÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PELO PODER JUDICIÁRIO.....	53
2.1. Políticas públicas como categoria jurídica	53
2.2. Ciclo de formação das políticas públicas: a atuação contingencial do Poder Judiciário	57
2.3. Controle judicial da discricionariedade administrativa em ma- téria de políticas públicas: superação da dogmática positivista .	64
2.3.1. Compreendendo a discricionariedade	64
2.3.2. Fundamento constitucional do controle judicial	74

2.3.3.	Releitura do princípio da legalidade.....	77
2.3.4.	Separação dos Poderes: inafastabilidade do controle do Poder Judiciário	80
3.	DEMARCAÇÃO DO CONTROLE JUDICIAL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS.....	85
3.1.	Limites ao controle judicial de políticas públicas: parâmetros de atuação na tomada de decisão.....	85
3.2.	Proposta de método de aferição das decisões judiciais pela “perimetral jurídica”	93
3.3.	A ação civil pública em defesa dos direitos de cidadania	104
3.3.1.	Direitos de cidadania: um caminho em construção	104
3.3.2.	A ação civil pública como proteção constitucional aos direitos de cidadania	113
3.3.3.	A tutela constitucional dos interesses difusos e coletivos a partir da natureza do conflito	120
3.3.4.	Ação civil pública como instrumento de controle judicial de políticas públicas.....	123
3.3.5.	Dimensão subjetiva da eficácia da coisa julgada coletiva em ação civil pública	126
3.3.6.	A efetividade das decisões judiciais em ação civil pública: descumprimento de ordem judicial e possíveis sanções	130
3.3.7.	Determinação de implementação de política pública mediante controle judicial: análise do caso AI 598.212 ED/PR.....	135
3.4.	Controle de constitucionalidade de políticas públicas.....	139
	NOTA CONCLUSIVA.....	171
	POSFÁCIO	175
	O porquê precisamos superar a discricionariedade em uma democracia constitucional	175
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	179